

Erick Alves **Pessoa**

COORDENAÇÃO

Renee do Ó **Souza**



Direito Administrativo

2ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA
E REFORMULADA



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 02.05.2022
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Esta obra, anteriormente designada “Resumo de Direito Administrativo”, passou a ser intitulada “Direito Administrativo” a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ. 1226932

P567d
2. ed.

Pessoa, Erick Alves

Direito administrativo / Erick Alves Pessoa; coordenação Renee do Ó Souza. – 2. ed., rev., atual. e reform. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
264 p.; 21 cm. (Método essencial)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-479-7

1. Direito administrativo. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Souza, Renee do Ó. II. Título. III. Série.

22-77311

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



Respeite o direito autoral!

Sumário

Capítulo 1

Noções preliminares de Direito Administrativo.....	1
1.1 Conceito de Direito Administrativo	1
1.1.1 Relações com outros ramos do Direito	1
1.1.2 Fontes do Direito Administrativo.....	2
1.1.3 Formação do Direito Administrativo.....	2
1.1.4 Sistemas administrativos	2
1.2 Conceito de Estado	3
1.2.1 Formas de Estado.....	3
1.2.2 Poderes e funções do Estado	3
1.3 Governo	4
1.4 Administração Pública	4

Capítulo 2

Princípios fundamentais da Administração Pública.....	7
2.1 Conceito de princípios	7
2.2 Princípios	8
2.2.1 Princípio da supremacia do interesse público.....	8
2.2.2 Princípio da indisponibilidade do interesse público	9
2.2.3 Princípio da continuidade	9
2.2.4 Princípio da autotutela.....	10
2.2.5 Princípio da especialidade	11
2.2.6 Princípio da presunção de legitimidade	11
2.2.7 Princípio da isonomia	12
2.2.8 Princípio da segurança jurídica.....	12
2.2.9 Princípio do contraditório e ampla defesa.....	13
2.2.10 Princípio da razoabilidade ou da proibição de excessos....	13
2.2.11 Princípio da proporcionalidade	14
2.2.12 Princípio da hierarquia	14
2.2.13 LIMPE – legalidade, impessoalidade, moralidade, pu- blicidade e eficiência	14

2.2.13.1	Princípio da legalidade.....	15
2.2.13.2	Princípio da impessoalidade.....	15
2.2.13.3	Princípio da moralidade.....	16
2.2.13.4	Princípio da publicidade.....	16
2.2.13.5	Princípio da eficiência.....	17
2.3	Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	17

Capítulo 3

	Organização Administrativa da União – Administração Direta e Indireta, órgãos, setores da economia, entes de cooperação	19
3.1	Organização da Administração	19
3.2	Centralização x desconcentração x descentralização.....	20
3.2.1	Centralização.....	20
3.2.2	Desconcentração.....	20
3.2.3	Descentralização	20
3.3	Descentralização política e descentralização administrativa... ..	21
3.3.1	Descentralização política.....	21
3.3.2	Descentralização administrativa	21
3.4	Administração Direta	22
3.5	Teoria dos órgãos públicos.....	22
3.5.1	Teoria do mandato	22
3.5.2	Teoria da representação.....	23
3.5.3	Teoria do órgão	23
3.6	Órgãos públicos.....	23
3.6.1	Conceito.....	23
3.6.2	Principais características.....	24
3.6.3	Classificação	25
3.7	Administração Indireta.....	26
3.7.1	Características gerais da Administração Indireta	27
3.7.2	Autarquias.....	27
3.7.2.1	Regime jurídico.....	28
3.7.2.2	Autarquia de regime especial – agências reguladoras.....	29
3.7.3	Fundações públicas.....	30
3.7.3.1	Regime jurídico.....	31
3.7.4	Empresas públicas e sociedade de economia mista....	33
3.7.4.1	Regime jurídico.....	33

3.7.4.2	Principais semelhanças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	36
3.7.4.3	Principais diferenças entre a sociedade de economia mista e as empresas públicas	36
3.8	Setores da economia	37
3.9	Entes de cooperação.....	37
3.9.1	Serviços sociais autônomos.....	37
3.9.2	Entidades de apoio.....	38
3.9.3	Organizações sociais – OS	38
3.9.4	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	40
3.10	Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	40

Capítulo 4

Poderes da Administração Pública – agentes	43	
4.1	Poderes e deveres da Administração Pública e dos administradores.....	43
4.2	Formação do poder administrativo	44
4.2.1	Deveres do administrador	45
4.3	Poderes da Administração e do administrador.....	45
4.3.1	Poder vinculado	45
4.3.2	Poder discricionário	46
4.3.3	Poder regulamentar	46
4.3.4	Poder hierárquico	48
4.3.5	Poder disciplinar.....	48
4.3.6	Poder de polícia	49
4.3.6.1	Noção de poder de polícia	49
4.3.6.2	Conceito	49
4.3.6.3	Formas de expressão do poder de polícia.....	50
4.3.7	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	50
4.3.7.1	Poder de polícia originário e delegado.....	51
4.3.7.2	Sanções do poder de polícia	51
4.3.7.3	Atributos do poder de polícia	51
4.3.7.4	Limites do poder de polícia	52
4.4	Uso e abuso de poder.....	53
4.4.1	Excesso de poder	53
4.4.2	Desvio de poder	53
4.5	Agentes públicos.....	54
4.5.1	Classificação dos agentes públicos	54

Capítulo 5

Atos administrativos	55
5.1 Conhecendo o ato administrativo	55
5.2 Elementos do ato administrativo	56
5.2.1 Delegação e avocação	57
5.2.2 Mérito do ato administrativo	58
5.3 Atributos do ato administrativo	58
5.4 Classificação dos atos administrativos	60
5.4.1 Alguns atos administrativos	62
5.5 Nulidade, revogação e convalidação	63

Capítulo 6

Controle da Administração Pública	65
6.1 Noções introdutórias de controle	65
6.2 Conceito	65
6.3 Classificação	65
6.3.1 Quanto à origem	66
6.3.2 Quanto ao momento em que se efetua	66
6.3.3 Quanto ao aspecto controlado ou à natureza do controle	67
6.3.4 Quanto à amplitude	67
6.4 Controle exercido pela Administração sobre seus próprios atos	67
6.4.1 Direito de petição	68
6.4.2 Processo administrativo	69
6.4.3 Princípios do processo administrativo	69
6.5 Controle legislativo	70
6.5.1 O Poder Legislativo e o Tribunal de Contas	72
6.5.2 Tribunais de Contas	73
6.6 Controle judiciário	74
6.6.1 Remédios constitucionais	75

Capítulo 7

Responsabilidade civil da Administração Pública	77
7.1 Responsabilidade civil	77
7.1.1 Evolução	77
7.1.1.1 Fase de irresponsabilidade do Estado	77

7.1.2	Espécies de teorias da responsabilidade civil do Estado.....	78
7.1.2.1	Teoria da culpa administrativa.....	78
7.1.2.2	Teoria do risco administrativo.....	78
7.1.2.3	Teoria do risco integral.....	78
7.1.3	Responsabilidade objetiva.....	79
7.1.4	Responsabilidade subjetiva da Administração.....	80
7.1.5	Força maior e caso fortuito.....	80
7.2	Atos legislativos.....	81
7.3	Atos jurisdicionais.....	81
7.4	Responsabilidade civil da Administração por dano ambiental.....	82
7.5	Ação regressiva do Estado contra o agente.....	82
7.6	Responsabilidade civil, penal e administrativa.....	83
7.7	Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado.....	83

Capítulo 8

Serviços públicos.....	85	
8.1	Conceito de serviços públicos.....	85
8.2	Princípios.....	86
8.3	Direitos e obrigações do usuário.....	88
8.4	Imposição de competência pela Constituição.....	88
8.5	Classificação.....	89
8.6	Formas de prestação do serviço público.....	90
8.7	Delegação do serviço público.....	90
8.8	Concessão de serviço público.....	91
8.8.1	Poder concedente.....	91
8.8.2	Direitos e obrigações do poder concedente.....	91
8.8.3	Direitos e obrigações do concessionário.....	92
8.8.4	Responsabilidade civil das concessionárias x Estado..	93
8.8.5	Direitos e obrigações do usuário.....	93
8.8.6	Concessão x prestação de serviços.....	93
8.8.7	Licitação.....	93
8.8.8	Intervenção na concessão.....	95
8.9	Extinção da concessão.....	95
8.10	Subconcessão.....	96
8.11	Parcerias Público-Privadas (PPP).....	96
8.12	Permissão.....	97
8.13	Autorização de serviço público.....	97

Capítulo 9

Processo Administrativo Federal	99
9.1 Introdução ao Processo Administrativo Federal	99
9.2 Princípios do Processo Administrativo	99
9.3 Direito dos administrados	100
9.4 Obrigações do administrado	101
9.5 Considerações do processo administrativo	101
9.6 Formalidade do processo administrativo	103
9.7 Instrução processual	104
9.8 Atos processuais finais	105
9.9 Recurso administrativo e revisão	106
9.10 Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	108

Capítulo 10

Servidores públicos	111
10.1 Teoria constitucional dos servidores públicos	111
10.2 Acesso às funções, aos cargos e aos empregos públicos..	112
10.2.1 Brasileiros x estrangeiros	112
10.2.2 Requisitos para acesso a cargos ou empregos públicos....	112
10.3 Concurso público	113
10.3.1 Testes psicotécnicos	114
10.3.2 Princípio da isonomia	114
10.3.3 Outras questões interessantes	115
10.4 Prazo de validade do concurso	115
10.4.1 Prioridade sobre novos concursados	115
10.5 Pessoas com deficiência	116
10.6 Funções de confiança e cargos em comissão	117
10.6.1 Cargo em comissão	117
10.6.2 Função de confiança	118
10.7 Contratação temporária	119
10.8 Direito de associação sindical	120
10.9 Direito de greve no serviço público	120
10.10 Remuneração dos agentes públicos	122
10.11 Limites de remuneração	123
10.12 Limites aos vencimentos dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário	124
10.13 Vedação de equiparações e vinculações	124

10.14	Acréscimos	125
10.15	Irredutibilidade de vencimentos	126
10.16	Vedação à acumulação	126
10.17	Direitos e garantias dos trabalhadores aplicáveis aos servidores públicos	127
10.18	Estabilidade	128
10.19	Estágio probatório	128
10.20	Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	129

Capítulo 11

Regime jurídico do servidor público	131
11.1 Considerações iniciais.....	131
11.2 Servidores estatutários.....	132
11.2.1 Cargos e funções.....	132
11.2.2 Das formas de provimento do cargo público	134
11.2.2.1 Nomeação	134
11.2.2.2 Readaptação	135
11.2.2.3 Reintegração.....	135
11.2.2.4 Aproveitamento.....	136
11.2.2.5 Promoção	136
11.2.2.6 Reversão	137
11.2.2.7 Recondução	138
11.2.3 Posse	138
11.2.4 Exercício	139
11.2.5 Estágio probatório.....	139
11.3 Estabilidade	140
11.4 Vacância	142
11.5 Remoção	143
11.6 Redistribuição	144
11.7 Substituição.....	145
11.8 Direitos e vantagens dos servidores públicos civis da Administração Federal	146
11.8.1 Vencimento e remuneração	146
11.8.2 Vantagens.....	147
11.8.2.1 Indenizações	147
11.8.2.1.1 Ajuda de custo.....	147
11.8.2.1.2 Diárias	148
11.8.2.1.3 Indenização de transporte.....	148

11.8.2.1.4 Auxílio-moradia.....	149
11.8.3 Gratificações e adicionais.....	150
11.9 Férias.....	155
11.10 Licenças.....	156
11.11 Afastamentos.....	160
11.11.1 Afastamento para servir a outro órgão ou entidade ...	160
11.11.2 Afastamento para exercício de mandato eletivo.....	161
11.11.3 Afastamento para estudo ou missão no exterior.....	161
11.12 Concessões.....	162
11.13 Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	163

Capítulo 12

Regime disciplinar do servidor público.....	167
12.1 Regime disciplinar.....	167
12.1.1 Deveres.....	167
12.2 Proibições.....	168
12.3 Acumulação.....	170
12.4 Responsabilidades do servidor.....	170
12.5 Penalidades.....	171
12.6 Prescrição.....	174
12.7 Responsabilidades.....	175
12.8 Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD)..	176
12.8.1 Sindicância.....	176
12.8.2 Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	177
12.9 Inquérito administrativo.....	179
12.9.1 Instrução.....	179
12.9.2 Defesa.....	181
12.9.3 Relatório.....	182
12.9.4 Julgamento.....	182
12.9.5 Rito sumário.....	184
12.9.6 Revisão.....	186
12.10 Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	186

Capítulo 13

Licitações.....	189
13.1 Introdução ao conhecimento de licitação.....	189

13.2 Ordem constitucional de licitar.....	190
13.3 Dos princípios da licitação	191
13.4 Da fase preparatória.....	195
13.5 Da contratação de itens de luxo	197
13.6 Modalidades de licitação.....	197
13.6.1 Pregão	198
13.6.2 Concorrência	198
13.6.3 Concurso	198
13.6.4 Leilão	199
13.6.5 Diálogo competitivo	199
13.6.6 Das demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/1993.....	199
13.7 Publicidade da licitação	200
13.8 O edital.....	201
13.9 Impugnação ao edital.....	202
13.10 Critérios para a forma de licitar	203
13.11 Contratação direta	205
13.12 Fases do processo de licitação.....	207
13.13 Critérios de julgamento	208
13.14 Considerações finais.....	210

Capítulo 14

Contratos administrativos	213
14.1 Introdução ao conhecimento de licitação	213
14.2 Das garantias.....	216
14.3 Do poder de império da Administração	217
14.4 Das formalidades contratuais.....	218
14.5 Da execução dos contratos	220
14.6 Fiscal do contrato	221
14.7 Inadimplemento contratual.....	222
14.8 Das sanções administrativas e da tutela judicial.....	224
14.9 Dos recursos administrativos.....	224

Capítulo 15

Bens públicos.....	227
15.1 Introdução conceitual	227
15.2 Classificação dos bens públicos.....	228
15.3 Regime jurídico dos bens públicos.....	229

15.3.1 Inalienabilidade.....	230
15.3.2 Impenhorabilidade	230
15.3.3 Imprescritibilidade.....	231
15.3.4 Não onerabilidade.....	231
15.4 Formas de uso do bem público.....	231
15.4.1 Instrumentos de permissibilidade do uso privativo de bem público	232
15.5 Espécies de bens públicos.....	234
15.6 Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	236

Capítulo 16

Intervenção do Estado na economia.....	237
16.1 Introdução conceitual	237
16.2 Formas de intervenção do Estado na propriedade.....	237
16.2.1 Servidão administrativa.....	237
16.2.2 Requisição administrativa.....	238
16.2.3 Ocupação temporária.....	239
16.2.4 Limitações administrativas	240
16.2.5 Tombamento.....	241
16.2.6 Desapropriação.....	242
16.2.7 Jurisprudência dos tribunais superiores acerca do tema estudado	243
Referências	247